*“A VIOLÊNCIA COMEÇA ONDE TERMINA A FALA”
(HANNAH ARENDT)
O FEMINICÍDIO NO BRASIL E NA COLÔMBIA**

Kátia Aparecida Bizan França

RESUMO

O objetivo deste artigo é mostrar que a voz da mulher não é de fato ouvida no Brasil e na Colômbia, países que adotaram o termo “feminicídio” em sua legislação. Apesar da adoção de leis para a defesa da mulher, os dois países ainda revelam números crescentes de assassinatos por gênero, principalmente, pelos maridos e companheiros dentro da própria casa e, muitas vezes, na frente dos filhos, pelo simples fato de serem mulheres. A análise se ocupa com as leis e as providências públicas voltadas para a redução dessas estatísticas. A metodologia utilizada neste trabalho é de natureza bibliográfica, com o auxílio de autores como Hannah Arendt, Michel Maffesoli e Boaventura de Souza Santos. O objetivo principal é mostrar, sobretudo, a necessidade de abraçar, compreensivamente, as vítimas de uma forma de violência que ainda está longe de ser admitida em toda a sua importância, extensão e profundidade.

Palavras-chave: Comunicação. A compreensão como método. Feminicídio. Voz feminina. Violência.

A VIOLÊNCIA

Feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, comuns em sociedades marcadas pela associação de papéis discriminatórios ao feminino, como é o caso brasileiro. (GALVÃO, 2017)

* Trabalho apresentado à mesa temática “Pensar e Agir com o Signo da Compreensão”, do IV Seminário Brasil-Colômbia de Estudos e Práticas de Compreensão | II Colóquio Internacional do Grupo de Estudos Literários (GEL). São Bernardo do Campo, SP, 11-14 nov. 2019.

Segundo o jornal *El País* (nov/18), o Brasil está em 14º lugar em relação à taxa de feminicídios entre os 23 países da América Latina e do Caribe analisados pela ONU Mulheres: 1,1 a cada 100 mil mulheres foram assassinadas. No caso da Colômbia, o número de vítimas se restringe a níveis europeus, pois só se apontava como violência de gênero casos que envolviam casais.

No Brasil os números advêm da Lei de Acesso à Informação¹, mas esses números dependem muitas vezes do encerramento das investigações dos casos de homicídios e, também, da retratação de alguns estados que não realizam um acompanhamento estatístico rigoroso ou não distinguem o gênero em casos de homicídio.

Além disso, ainda há os números de acompanhamento de violência que poderiam reduzir o número de vítimas fatais com medidas protetivas, mas o Promotor de Justiça do Paraná, Ronaldo Braga, nos explica que

a mulher resolve não denunciar por estar ligada intimamente ao agressor ou por ter uma dependência econômica e afetiva quanto aos filhos, ou mesmo por achar que pode modificá-lo. Então há todo um ciclo de violência contra a mulher que é diferente da violência comum, da violência em um roubo, em outro tipo de delito que não envolve uma relação íntima de afeto (VELASCO, CAESAR e REIS, 2018).

Segundo levantamento de 2018 da ONU Mulheres² o Brasil teve 1173 feminicídios em 2018 (em 2017 foram 1047), sendo que mais de 50% das vítimas são assassinadas por parentes ou conhecidos, onde 33% são os maridos / namorados / amantes ou ex.

Mariana Bazzo – Promotora Pública do Paraná, nos explica que a maioria dos casos de morte da mulher pelo companheiro (ou ex) se dá porque os homens, normalmente, se sentem dono da mulher, sendo vista como propriedade particular e que não pode desagradá-lo nem o desobedecer. (GALVÃO, 2019)

¹ LAI: Lei de Acesso à Informação – nº 12.527/2011 - regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. Disponível em <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao> - Acesso em 18 ago. 2019

² Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/cai-o-no-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-mas-registros-de-feminicidio-crescem-no-brasil.ghtml> - Acesso em 31 jul. 2019

Tal explanação nos leva a discorrer sobre o patriarcado e suas consequências, sendo este termo o que “designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Um sinônimo de “dominação masculina” (FEMINISTA, 2018).

Patriarcado, que é uma união das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando), era usada para indicar os principais (homens) condutores das igrejas que deveriam ser obedecidos por seus seguidores e, assim, os pais de família adotaram o sistema de “patriarcado” dentro de suas casas em que tiveram (tem) o comando total da mulher e dos filhos e, assim, como na igreja, os “desobedientes às leis impostas” eram (são) castigados.

Muito do patriarcado está, ainda, enraizado nas civilizações latinas, em que a autoridade do pai deve ser respeitada e qualquer que seja a irregularidade das ordens recebidas, seja pelos filhos ou pela própria mãe, resultará em castigo / consequência, ação a qual é admitida em muitas culturas e respeitada pelas autoridades policiais locais.

Além do patriarcado que subordina / inferioriza as mulheres, há também a questão dos novos papéis sociais no desenvolvimento feminino que vem sendo conquistados como, por exemplo, opção sexual e religiosa, poder dirigir, trabalhar fora, conseguir manter a família financeiramente, receber salários maiores que dos homens, ser prestigiada / reconhecida, receber promoções, pedir separação por estar em relação abusiva ou desgastada e, ainda, conseguir falar não se não quiser ter relações sexuais. Essas conquistas incomodam muitos homens que não aceitam terem menores (ou nenhum) destaque como provedor de sua família frente a familiares / vizinhos / amigos; são misóginos ou, então, que tenham ainda o patriarcado enraizado, em que não admitem serem menosprezados, opiniões diferentes da sua ou desobediência.

Monick (1993, p. 9) nos diz que “para muitos homens, a dominação masculina é tomada como certa, tão familiar é sua experiência de possuir status superior” e esta influência da dominação patriarcal nos processos para defesa dos réus acaba reduzindo, significativamente, os resultados esperados na criação / respeito às leis, apesar disso, há organizações que buscam expor estes números para conscientização da sociedade demonstrando, assim, que muitos líderes políticos ignoram tamanha importância das vidas que estão sendo perdidas / prejudicadas. Tal prelió é confortado nas palavras de Nicolau de Cusa (SANTOS, 2008, p. 25) que diz que “o importante não é saber, é, sim, saber que se ignora”. Boaventura (idem, p. 26) reforça ao dizer que “mesmo não sendo possível atingir a verdade com precisão é preciso buscar a veracidade

enquanto se busca a verdade, assim a doura ignorância se torna um trabalho intenso de reflexão”.

Figura 1: Comportamento x Estupro - Brasil³

BRASIL

Em 07 de agosto de 2006 foi sancionada, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e entrou em vigor em setembro do mesmo ano, a Lei Maria da Penha que foi apontada entre as três melhores legislações do mundo em combate à violência contra a mulher.

O governo brasileiro⁴ relata a luta da senhora chamada Maria da Penha Maia Fernandes que sofreu violência doméstica de seu marido por 23 anos, ocorrendo inclusive a tentativa de assassiná-la por duas vezes, sendo que em uma de suas tentativas a deixou paraplégica. Assim, ela decidiu buscar por auxílio na justiça brasileira que conseguiu interceder para que ela deixasse sua casa com as três filhas e a auxiliou para abrir processo contra seu marido. Como não havia lei própria para defesa das mulheres no Brasil, ela se juntou a órgãos de defesa internacionais - Centro pela Justiça pelo Direito

³ Disponível em <https://blogueirasfeministas.com/2014/04/10/sobre-machismos-e-porcentagens/> - Acesso em 31 jul. 2019

⁴ Disponível em <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/maria-da-penha-1-> Acesso em 23 jul. 2019

Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino - Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) - que formalizaram uma acusação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, a qual condenou o país por não possuir meios para evitar a violência doméstica contra a mulher, indicando, assim, providências na conclusão do processo penal do agressor, investigação sobre os atrasos e irregularidades no processo, solução adequada a vítima e admissão de políticas públicas para prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher. Esta acusação trouxe grande repercussão internacional e o Brasil se viu obrigado a dispor de um novo meio legal, sendo incluso no código penal brasileiro o parágrafo 9 no Artigo 129 conhecido como “Lei Maria da Penha” que diz

Violência Doméstica

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano. (REPÚBLICA, 2004)

Nove anos após a última tentativa de assassinato, o marido da senhora Maria da Penha foi condenado a oito anos de prisão, mas cumpriu apenas dois e foi livre em 2002.

O país conseguiu também a lei do feminicídio (Lei 13.104), sancionada em 2015⁵ pela ex-presidente Dilma Rousseff, alterando o código penal (art.121 do Decreto Lei nº 2.848/40) que abrangeu o feminicídio como um homicídio qualificado e passou a constar no rol de crimes hediondos, ou seja, são de extrema gravidade e devem receber um tratamento diferenciado / rigoroso que inclui, neste caso, o aumento em 1/3 (um terço) da pena se ocorrer durante a gestação ou até três meses depois; pessoa menor de 14 anos ou maior de 60 anos; na presença de descendentes ou ascendentes da vítima e são classificados em três situações:

- Quando há relação da vítima com o agressor – Feminicídio íntimo;
- Quando não há uma relação, mas o crime é qualificado por violência ou abuso sexual – Feminicídio não íntimo;

⁵ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm – Acesso em 23 jul. 2019

- Quando uma mulher ao tentar salvar outra mulher, é morta pelo homem que tentava o assassinato – Feminicídio por conexão.

O termo feminicídio surgiu no Brasil na década de 1970 para reconhecimento e visibilidade quanto às discriminações, explorações, desigualdade e agressões contra as mulheres que acabavam morrendo em um movimento contínuo de abusos verbais, físicos e sexuais sem auxílio, encaminhamentos ou providências de autoridades que não dispunham de leis para apoiarem qualquer ação contra os agressores que, em sua maioria absoluta, eram (são) homens que acabavam não sendo condenados até, muitas vezes, acontecer o homicídio.

Atualmente, mesmo com leis que indicam garantir a defesa da mulher agredida, somente 48%⁶ delas procuram uma delegacia da mulher segundo o levantamento “Violência Contra as Mulheres” realizado pelo Datafolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em fev/19, e o número pode ser maior.

As mulheres vitimadas que chegam a tentar fazer uma reclamação formal dizem que, muitas vezes, as delegacias de polícia que não possuem mulheres em seu atendimento, se recusam a registrar o boletim de ocorrência, visto que é um direito, mas por serem mulheres são (também) humilhadas pelos (homens) mediadores da lei.

Com a abertura de delegacias da mulher, sendo a primeira em 1985 no estado de São Paulo, adveio um novo olhar para o atendimento diferenciado, mas infelizmente o atendimento era feito por homens que não colaboravam adequadamente em um momento de fragilidade e, com isto, foi incentivado pelo governo a formação de delegadas mulheres para assumirem tais conexões entre agredidas e polícia / lei.

A meta do governo em 2013-2015, como nos diz Andrade (2016) era chegar a 10% dos municípios brasileiros com pelo menos uma unidade da delegacia da mulher, mas esse número não foi atingido ainda. Barbosa (2019) diz que nem todas as delegacias possuem serviços disponíveis exclusivamente para o atendimento à mulher e a maior concentração de delegacias exclusivas fica no estado de São Paulo com 133 unidades, estado que aprovou, em 2018, a lei que obriga o atendimento 24h de 10 novas unidades, inclusive finais de semana e feriados. Tal movimento fez disparar o aumento de atendimentos

⁶ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/maioria-das-mulheres-nao-denuncia-agressor-a-policia-ou-a-familia-indica-pesquisa.shtml> - Acesso em 24 de jul. 2019

em até 330% (número este que pode aumentar muito com a liberação de posse de armas) devido as agressões ocorrerem em casa com a utilização de armas brancas e fora do horário comercial.

Neste cenário, vemos que a violência doméstica e familiar acontece em horários que, provavelmente, a família estava reunida revelando, assim, um distanciamento ao respeito pela mulher, onde é preciso compreender quais os fatores que se despontam para o aumento deste tipo de violência na sociedade atual enquanto família.

Dra. Carmen Hein de Campos, advogada que investigou a violência contra as mulheres no Brasil nos diz que

O feminicídio é a ponta do iceberg. Não podemos achar que a criminalização do feminicídio vai dar conta da complexidade do tema. Temos que trabalhar para evitar que se chegue ao feminicídio, olhar para baixo do iceberg e entender que ali há uma série de violências. E compreender que quando o feminicídio acontece é porque diversas outras medidas falharam. Precisamos ter um olhar muito mais cuidadoso e muito mais atento para o que falhou. (GALVÃO, 2015)

Figura 2: Incidência de feminicídio no Brasil – jan. a jun. 2018⁷

⁷ Disponível em: <<http://osascoemfoco.com.br/2019/03/08/feminicidio/>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

COLÔMBIA

Natalia Ponce de León e Rosa Elvira Cely são nomes que representam momentos tristes e importantes para as mulheres da Colômbia. A Sra. Rosa tinha 35 anos e uma filha de 12 anos quando foi brutalmente assassinada por um conhecido no Parque Nacional de Bogotá em fev/12. A lei do feminicídio (Lei 1761)⁸, que foi sancionada pelo ex-presidente Juan Manuel Santos em jul/15, recebeu o apelido de “Ato Rosa Elvira Cely” em sua homenagem. Dannemann (2015) relata que a Srta. Natalia tinha 34 anos quando foi atacada, em mar/14, com ácido sulfúrico por um admirador que causou queimaduras de segundo e terceiro grau em 1/3 do seu corpo, principalmente no rosto. Em nov/15 o senado colombiano aprovou lei com até 50 anos de prisão para agressores que utilizem produtos químicos em suas vítimas.

Dannemann (idem) nos diz, ainda, que são comuns as agressões por meio de uso de ácidos dos tipos sulfúrico, clorídrico ou nítrico em mulheres na Colômbia e, ainda, que os números deste tipo de violência se encontram no mesmo nível de vítimas do Afeganistão, Bangladesh, Índia, Paquistão, Nepal e Uganda, mas em 2011 a Colômbia ficou na liderança desses países e só obteve uma lei própria em 2015 após pressão social.

Entre os principais tratados internacionais, encontram-se a Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos da Mulher (1948, ratificada pela Colômbia em 1959), a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1952, ratificada em 1986), a Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1980, ratificada em 1982), a Convenção Interamericana para prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994, ratificada em 1996) e a Declaração de Beijing (1995). Ademais, é importante destacar que a Colômbia também aderiu ao mandato do Estatuto de Roma, que estabelece o Tribunal Penal Internacional (1998, ratificado pela Colômbia em 2002). (GIANNINI, ROSA e DIAZ, 2018)

Mesmo com leis em defesa da violência feminina, como no caso do Brasil, a Colômbia não obteve ainda grandes alterações em seus números de mulheres agredidas ou assassinadas, devido à justiça inclinar-se a culpar

⁸ Disponível em <https://spbancarios.com.br/07/2015/colombia-aprova-lei-contr-o-feminicidio> – Acesso em 27 jul. 2019

as vítimas e perdoar seus agressores nos casos de violência de gênero, onde chegou a obter isenção de culpa em 96% dos casos no ano de 2018⁹.

Reina (2018) diz que, embora tenha ocorrido o acordo entre o governo com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) no fim de 2016, mais de 15.000 pessoas foram vítimas de violência sexual após essa data, sendo que o número de mulheres chegou a 91,6% deste total, onde grupos guerrilheiros praticam a violência sexual, especialmente, em processo de recrutamento / controle de tropas. Já os grupos paramilitares praticam a violência sexual como meio de reivindicar o comando social sobre as mulheres impondo a escravidão sexual e a prostituição¹⁰.

Devido a este conflito armado, a disposição da polícia colombiana se torna extremamente militarizada e vem acompanhada de atitudes patriarcais que acabam por serem vistas como problemas sem relevância, as quais influenciam nas providências contra a violência à mulher mesmo possuindo graves elementos, além dos citados anteriormente, que agregam no aumento de violência sexual e feminicídio¹³ como:

- Ataques contra grupos a fim de ocasionar seu deslocamento;
- Assassinatos a mulheres que tiveram relações com guerrilheiros ou envolvimento direto ou indireto com a política;
- Sequestros para conseguir informações, assustar, punir, ameaçar ou obrigar a ações;
- Perseguição religiosa;
- Apedrejamento moral;
- Autorização de porte de arma;
- Abuso de poder de militares e policiais;
- Falta de soluções para impulso na educação, emprego e justiça.

O Observatório de Feminicídios da Colômbia¹¹ realiza mensalmente um levantamento de feminicídios e publicou em seu relatório, referente (somente) ao mês de mai/19, um total de 70 vítimas, mas encontra dificuldades em conseguir dados individuais como cor, profissão, idade, tipo de violência as-

⁹ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html - Acesso em 26 jul. 2019

¹⁰ Disponível em https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/final_2018-03-07-AE-30_Genero-Brasil-Colombia-1.pdf - Acesso em 31 jul. 2019

¹¹ Disponível em <http://observatoriofeminicidioscolombia.org/> - Acesso em 29 jul. 2019.

sociada ao assassinato etc., pois há deficiência de informações concisas para uma pesquisa detalhada com exposição estatística mais próxima da realidade para buscar maiores providências sociais do governo, para ir além¹³ da:

- Estratégia Mulher, Família e Gênero” que realiza formação de policiais para atuarem em atenção especial junto à comunidade;
- Serviço telefônico “155” (corresponde ao serviço 180 no Brasil);
- Unidades para vítimas do conflito colombiano – Comanda ações para expandir os canais de comunicação entre governo e sociedade;
- Centros de Atenção Integral a Vítimas de Violência Sexual (CAI-VAS);
- Centros de Atenção e Pesquisa Integral contra a Violência Intrafamiliar (CAVIF);
- Aumento do número de policiais femininas, principalmente em áreas rurais (futuro).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto a violência contra a mulher no Brasil quanto na Colômbia apresenta características semelhantes, apesar de o conflito armado e a exploração sexual representar um problema à parte nos números da Colômbia. Há leis e locais nos dois países para defesa e proteção da mulher, mas muita impunidade e falta de ações concretas para condenação e intimidação dos agressores e redução do número de vítimas.

Michel Maffesoli (1985, p. 84) nos diz que a douda ignorância permite o “ser/estar-junto-com” para reter apenas o que for racional em situações humanas [...], seja a partir de um ponto de vista absolutista ou moral, em que a vida real não é analisada pelo que ela é, mas pelo o que deveria ser, assim, esta referência nos leva a entender que os números expostos por organizações (até mesmo pelo próprio governo) podem não estar sendo relevantes o suficiente pelos próprios líderes que são responsáveis pelas ações.

Em conjunto a essa hipótese, observamos que o termo feminicídio começou a circular no Brasil na década de 1970 e, ainda hoje, nem 10% dos municípios possuem uma delegacia especializada no atendimento feminino e, que, os problemas em relação a prevenção de violência contra a mulher e a punição ainda são vistos em um nível de baixa importância.

Além das leis do feminicídio e Maria da Penha no Brasil contamos, ainda, com a mudança da lei de estupro de 2009 e a lei de importunação sexual de 2018 que, até então, se demonstram frágeis em suas políticas públicas com poucas ações de combate de ordem financeira e política por parte dos poderes executivos para garantir o direito à vida de muitas mulheres.

A Colômbia nos mostra que se preocupa em ter leis para proteção de suas mulheres, mas na prática ainda há muito o que se fazer, principalmente no levantamento de dados detalhados para imposição de manobras sociais necessárias para a proteção da mulher colombiana, especialmente, contra a guerrilha, exploração sexual, o patriarcado e outros fatores que só atemorizam tantas meninas e mulheres aumentando o número de vítimas pela violência e pelo feminicídio em seu país.

É nessa tentativa de incluir as principais vítimas do feminicídio no debate, dando voz a elas e aos pesquisadores que com elas se ocupam, que se mostra o esforço de um método da compreensão nesse debate para busca de maiores canais de conscientização da importância da mulher e de sua proteção pela sociedade e pelo governo, em que se liberte a voz contra qualquer tipo de violência às mulheres, sejam elas ou não de gênero feminino, agênero, cisgênero, gênero fluido, transgênero, transexual, travesti, crossdresser, drag queen, não-binário etc., porque, como diz Arendt (2011, p. 331), “as armas e as lutas pertencem ao campo da violência, e a violência, à diferença do poder, é muda; a violência começa onde termina a fala”.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, H. D. **UOL Cotidiano**, 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/06/05/brasil-tem-uma-delegacia-com-atendimento-a-mulher-a-cada-12-municipios.htm>>. Acesso em: 26 jul. 2019.
- ARENDT, H. **Compreender. Formação, exílio e totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BARBOSA, A. **G1 São Paulo**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/23/no-de-medidas-protetivas-mais-do-que-dobra-em-delegacias-da-mulher-que-passaram-a-funcionar-24-horas-em-sp.ghml>>. Acesso em: 26 jul. 2019.
- DANNEMANN, V. **DW Made for minds**, 2015. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/a-batalha-de-uma-colombiana-contr-os-ataques-com-%C3%A1cido/a-18875669>>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- FEMINISTA, Q. **QG Feminista**, 2018. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/teorias-do-patriarcado-7314938c59b>>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- GALVÃO, A. P. **Agência Patrícia Galvão**, 2015. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/o-que-e-feminicidio/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

GALVÃO, A. P. **Agência Patrícia Galvão**, 2019. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/como-e-por-que-morrem-as-mulheres/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

GALVÃO, I. P. **Instituto Patrícia Galvão**, 2017. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/violencias-invisiveis-dados-sobre-violencia-contramulher-negra-por-mafoane-odara-e-samira-bueno/>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

GIANNINI, R.; ROSA, O.; DIAZ, M. **Instituto Igarapé**, 2018. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/final_2018-03-07-AE-30_Genero-Brasil-Colombia-1.pdf>. Acesso em: 2019 jul. 31.

MAFFESOLI, M. **O conhecimento comum**: compêndio de sociologia compreensiva. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MONICK, E. **Falo**: a sagrada imagem do masculino. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

REINA, E. **El País**, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html>. Acesso em: 26 jul. 2019.

REPÚBLICA, P. D. **Planalto**, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.886.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SANTOS, B. D. S. **A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, mar. 2008. 11-43. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/691>>.

VELASCO, C.; CAESAR, G.; REIS, T. **G1 Monitor da Violência**, São Paulo, 07 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>>. Acesso em: 30 jul. 2019.